

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas,

A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, os quais foram elaborados em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2017, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 17.607 mil, correspondente a R\$ 1,38 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 16,39%.

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch ("Conglomerado"). Em 30 de junho de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 18,69%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado e Gerenciamento de Capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no *website* do Banco: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br>.

São Paulo, 23 de agosto de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(em milhares de Reais)

ATIVO	2017		2016		PASSIVO	2017		2016	
Circulante	1.048.798	1.135.855			Circulante	843.705	950.445		
Disponibilidades	239	304			Outras obrigações	843.705	950.445		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	213.700	160.400			Sociais e estatutárias	6.071	4.843		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	213.700	160.400			Fiscais e previdenciárias	18.749	9.963		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	21.249	42.356			Negociação e intermediação de valores	802.159	923.831		
Carteira própria	13.623	11.403			Diversas	16.725	11.808		
Vinculados à prestação de garantia	7.626	30.953			Exigível a longo prazo	13.157	8.593		
Outros créditos	813.531	932.720			Outras obrigações	13.157	8.593		
Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	805.118	927.329			Fiscais e previdenciárias	13.157	8.593		
Diversos (Nota 7)	8.413	5.391			Patrimônio líquido	214.823	191.273		
Outros valores e bens	79	75			Capital:	100.000	100.000		
Despesas antecipadas	79	75			De domiciliados no país	-	99.995		
Realizável a longo prazo	22.886	14.456			De domiciliados no exterior	100.000	5		
Outros créditos	22.839	14.456			Reservas de capital	413	413		
Diversos (Nota 7)	22.839	14.456			Reservas de lucros	114.410	90.860		
Outros valores e bens	47	73							
Despesas antecipadas	47	73			TOTAL	1.071.684	1.150.311		
TOTAL	1.071.684	1.150.311							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Capital	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutárias	Especiais		
Lucro líquido do semestre	100.000	413	20.000	32.455	19.322	-	172.190
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Alocação dos dividendos mínimos obrigatórios de 2015 não distribuídos (Nota 11)	-	-	-	5.559	-	-	5.559
Saldos em 30 de junho de 2016	100.000	413	20.000	38.014	19.322	13.524	191.273
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.000	413	20.000	52.614	19.322	-	192.349
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	17.607	17.607
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Alocação dos dividendos mínimos obrigatórios de 2016 não distribuídos (Nota 11)	-	-	-	4.867	-	-	4.867
Saldos em 30 de junho de 2017	100.000	413	20.000	57.481	19.322	17.607	214.823

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

As suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de entidades que atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

Em 30 de novembro de 2016, a CTVM que era controlada direta do Banco foi vendida integralmente. A totalidade da participação (99,9954%) do Banco na Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) foi vendida para a BofAML EMEA Holdings 2 Limited (BofAML EMEA Holdings II), sociedade constituída em Jersey e parte relacionada, pelo valor correspondente a 99,9954% do valor patrimonial da CTVM, conforme saldos registrados naquela data.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Corretora foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas principalmente na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

- (a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (e) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (f) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (g) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (i) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- (k) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 23 de agosto de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3.2. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.5. As operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.6. A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites e contribuição social de 20%. A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

3.7. A Corretora adotou o procedimento de reconhecer os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações no período foi contabilizado em contrapartida da despesa/receita com imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos baseados em estudo feito pela administração considerando a expectativa futura de sua realização.

3.8. De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para negociação", considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas

realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.9. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, conforme descrito abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de seus consultores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou processo administrativo, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias", representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

3.10. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

3.11. Transações envolvendo pagamento em ações

Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").

Transações liquidadas com caixa

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgados pela NYSE e convertidos para Reais com base na Ptax de três dias úteis anteriores à data da transação. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

3.12. Benefícios a empregados

Tratam-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que a Corretora contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período.

Benefícios pós emprego: aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida e assistência saúde pós emprego.

A Corretora avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

A Corretora determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Corretora considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 10.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" são representadas da seguinte forma:

	2017		2016	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Pré-fixados:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Ligadas	213.782	213.700	160.484	160.400
Total	213.782	213.700	160.484	160.400
Circulante		213.700		160.400

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "títulos para negociação" são os seguintes:

(a) Total da carteira por categoria

(a.1) Carteira própria

	2017		2016	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.118	13.111	11.395	11.403
Títulos de Renda Variável:				
Ações de companhias abertas	491	512	-	-
Total	13.609	13.623	11.395	11.403

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2017		2016	
Receitas da intermediação financeira				
Resultado com títulos e valores mobiliários	(Nota 13)	11.942	11.942	12.055
Resultado bruto da intermediação financeira		11.942		12.055
Outras receitas/(despesas) operacionais		20.066		12.511
Receitas de prestação de serviços	(Nota 14)	79.828	57.426	
Despesas de pessoal	(Nota 15)	(14.938)	(12.869)	
Outras despesas administrativas	(Nota 16)	(35.940)	(24.714)	
Despesas tributárias	(Nota 17)	(8.303)	(6.352)	
Outras receitas operacionais		607	-	
Outras despesas operacionais		(1.188)	(980)	
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		32.008		24.566
Imposto de renda e contribuição social	(Nota 7)	(14.401)		(11.042)
Provisão para imposto de renda		(6.729)	(3.614)	
Provisão para contribuição social		(5.393)	(2.901)	
Ativo fiscal diferido		(2.279)	(4.527)	
Lucro líquido do semestre		17.607		13.524
Quantidade de ações 12.756.775				
Lucro líquido por ação - R\$		1,38		1,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(em milhares de Reais)

	2017		2016	
Fluxos de caixa provenientes/(utilizados) nas atividades operacionais		38.403		(4.527)
Lucro líquido do semestre ajustado		20.072		18.051
Lucro líquido do semestre		17.607		13.524
Ajustes ao lucro líquido:				
Créditos fiscais diferidos	(Nota 7b)	2.279	4.527	
Provisões atuariais	(Nota 10)	76	-	
Obrigações fiscais diferidas	(Nota 7d)	266	-	
Atualização depósitos judiciais	(Nota 07)	(607)	-	
Provisão de contingências e obrigações legais	(Nota 12)	451	-	
Variação de ativos e passivos		18.331		(22.578)
Redução/(Aumento) dos títulos e valores mobiliários		24.001	(2.573)	
Redução/(Aumento) de outros créditos		(160.843)	484.660	
Redução de outros valores e bens		39	38	
Impostos de renda e contribuição social pagos		(11.533)	(11.417)	
Aumento/(Redução) de outras obrigações		166.667	(493.286)	
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		38.403		(4.527)
No início do semestre		175.536		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(em milhares de Reais)

b) Movimentação dos créditos tributários no semestre

	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/16	Realização	Constituição	Junho/17
Contingências fiscais	3.182	(39)	145	3.288
Outras provisões (1)	3.417	(4.371)	2.998	2.044
Total	6.599	(4.410)	3.143	5.332

	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/15	Realização	Constituição	Junho/16
Contingências fiscais	2.155	-	-	2.155
Outras provisões (1)	4.110	(3.739)	1.224	1.595
Total	6.265	(3.739)	1.224	3.750

	Crédito tributário diferido ativo - CSLL			
	Dezembro/16	Realização	Constituição	Junho/17
Contingências fiscais	2.481	-	90	2.571
Outras provisões (1)	2.733	(3.497)	2.395	1.631
Total	5.214	(3.497)	2.485	4.202

	Crédito tributário diferido ativo - CSLL			
	Dezembro/15	Realização	Constituição	Junho/16
Contingências fiscais	1.658	-	-	1.658
Outras provisões (1)	3.288	(2.992)	980	1.276
Total	4.946	(2.992)	980	2.934

(1) Compostas, substancialmente, por outras obrigações sociais e estatutárias (Nota 8).

(c) Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 30 de Junho de 2017, são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2018	9.504	8.628
2019	30	25
Total	9.534	8.653

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado, pela Administração, com base nos cenários atual e futuro das projeções de resultado. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

(d) Obrigações fiscais diferidas

	Dezembro/16	Realização	Constituição	Junho/17
Marcação a mercado (Nota 9)	(11)	25	(18)	(4)
Juros sobre depósitos judiciais	(2.571)	-	(273)	(2.844)
Total	(2.582)	25	(291)	(2.848)

	Dezembro/15	Realização	Constituição	Junho/16
Marcação a mercado (Nota 9)	(12)	67	(68)	(13)
Total	(12)	67	(68)	(13)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	2017	2016
Programa de participação nos resultados - curto prazo (1)	4.688	3.898
Outras obrigações sociais e estatutárias	14	13
Programa de participação nos resultados - longo prazo (2)	1.369	932
Total	6.071	4.843
Circulante	6.071	4.843

(1) Programa de participação nos resultados baseado em benefício de curto prazo pago em dinheiro.

(2) Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração de longo prazo é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

O valor contábil do passivo referente às ações em 30 de junho de 2017 corresponde a R\$ 1.369 (R\$ 932 em 2016). Em 30 de junho de 2017 e de 2016, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2017 ou 2016.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2017	2016
Provisões para impostos e contribuições sobre o lucro	11.856	6.514
Provisão para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 12.b)	13.157	8.593
Impostos e contribuições a recolher	4.045	3.436
Obrigações fiscais diferidas (Nota 7.d)	2.848	13
Total	31.906	18.556
Circulante	18.749	9.963
Exigível a longo prazo	13.157	8.593

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2017	2016
Valores a pagar sociedades ligadas (1)	15.438	10.534
Provisão para pagamentos a efetuar	1.211	1.274
Passivos atuariais (2)	76	-
Total	16.725	11.808
Circulante	16.725	11.808

(1) O saldo de "valores a pagar sociedades ligadas" decorre substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional necessárias em negociações com valores mobiliários com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado "Outras despesas administrativas".

(2) Benefícios pós emprego: Os valores reconhecidos no resultado do período foram R\$ 76 e seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos:

i. Principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais

i. Critério para apuração dos Ativos - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.

ii. Taxa para desconto da Obrigação atuarial - Inflação + 5.65% a.a. = 9,88% a.a.

iii. Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo - 4,00% a.a.

iv. Crescimento dos Custos Médicos - Inflação + 3,00% a.a. = 7,12% a.a.

v. Crescimento dos Custos Médicos por Envelhecimento - 3,00% a.a.

vi. Percentual de Permanência no Plano dos futuros aposentados e desligados - 100%.

vii. Tábua de Mortalidade Geral - AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo. A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

viii. Rotatividade - Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora, elegíveis aos benefícios pós emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

ix. Idade na data de aposentadoria - 60 anos de idade.

x. Método atuarial - Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos à seguir:

- **Risco de Inflação:** Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- **Expectativa de Vida:** Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	Passivo atuarial
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Obrigações de Benefício Definido	76
Saldo em 30 de junho de 2017	76

IV - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo atuarial e no Resultado
- Redução de 0,5%	15 Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	(13) Reversão do passivo e da despesa

O impacto, pela alteração da premissa taxa de custos médicos em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo atuarial e no Resultado
- Redução de 0,5%	(13) Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	16 Reversão do passivo e da despesa

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2016, a Administração deliberou a destinação dos R\$ 5.559 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 2015 para a conta "reservas de lucros - estatutária" destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital. Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2017, a Administração deliberou a destinação dos R\$ 4.867 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 2016 para a conta "reservas de lucros - estatutária" destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo a necessidade, para a realização da distribuição de dividendos.

12. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências como segue:

(a) Ativos contingentes: não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisões constituídas:

Composição dos saldos patrimoniais	2017	2016
Depósitos Judiciais (Nota 7)	16.960	10.641
Provisões para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 9)	13.157	8.593

Movimentação dos saldos patrimoniais

	2017	2016
Saldo inicial	12.706	8.593
Constituições/(Baixas)	451	-
Saldo final	13.157	8.593

Com base na evolução das questões judiciais em discussão no decorrer do segundo semestre de 2016, a Corretora passou a reconhecer atualização monetária sobre os depósitos judiciais e a respectiva atualização das obrigações legais e outros passivos contingentes. No decorrer do primeiro semestre de 2017 foram reconhecidos R\$ 451 em "outras despesas operacionais".

(b.1) Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contesta-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(b.1.1) Obrigações legais

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Com base em estimativas realizadas pelos advogados externos, a finalização da causa está prevista para ocorrer até dezembro de 2018. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(b.1.2) Passivos contingentes

A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 59.258 (R\$ 51.999 em 2016) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3 no valor de R\$ 34.123 (R\$ 32.291 em 2016); e (ii) PIS e COFINS sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 25.135 (R\$ 19.708 em 2016).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

13. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 18.b)	10.288	9.874
Rendas de títulos e valores mobiliários	1.745	2.796
Perdas líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários	(76)	(618)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(15)	3
Total	11.942	12.055

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Receitas de corretagens	79.828	57.426
Total	79.828	57.426

Referem-se às receitas de corretagens na intermediação de operações nas bolsas de valores mobiliários e de futuros.

15. DESPESA DE PESSOAL

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Remuneração direta	(10.423)	(8.974)
Custos previdenciários	(3.497)	(3.180)
Benefícios	(996)	(800)
Outras despesas de pessoal	(22)	85
Total	(14.938)	(12.869)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Despesas de infraestrutura e serviços (1)	(31.487)	(21.237)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(2.870)	(1.566)
Tecnologia e sistemas	(417)	(890)
Despesas com serviços técnicos prestados por terceiros	(358)	(362)
Despesas de viagem	(288)	(174)
Publicidade e publicações	(106)	(88)
Outras despesas administrativas	(414)	(397)
Total	(35.940)	(24.714)

(1) As despesas de infraestrutura e serviços decorrem substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional necessárias em negociações com valores mobiliários com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (Nota 18).

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Impostos sobre Serviços - ISS	(3.991)	(2.871)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.675)	(2.804)
Programas de Integração Social - PIS	(597)	(456)
Outras despesas tributárias	(40)	(221)
Total	(8.303)	(6.352)

18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Saldos do final do semestre mantidos em balanço junto às Partes Relacionadas não Controladoras

Tipo de operação	Vencimento	Taxa (a.a.)	2017	2016
Ativos				
Disponibilidades			239	299
Aplicações interfinanceiras de liquidez	03/07/2017 01/07/2016	CDI CDI	213.700	160.400
Negociação e intermediação de valores	05/07/2017 05/07/2016		159.935	449.695
Valores a receber sociedades ligadas			-	29
Total Ativos			373.874	610.425
Passivos				
Negociação e intermediação de valores	05/07/2017 05/07/2016		(174.259)	(10.918)
Valores a pagar sociedades ligadas			(15.439)	(10.534)
Total Passivos			(189.698)	(21.452)

(b) Saldos do final dos semestres apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às Partes Relacionadas não Controladoras

Tipo de operação	2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 13)	10.288	9.874
Receitas de prestação de serviços	11.498	12.152
Outras despesas administrativas	(31.581)	(21.237)

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado, levando-se em conta a redução de riscos.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil estão demonstradas a seguir:

	2017	2016
Participação nos lucros e gratificações	15.803	12.273
Encargos e multa rescisória	15.030	15.208

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria

interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;

• Avaliação sobre os registros de eventos de risco operacional na instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das auditorias, internas e independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 23 de agosto de 2017.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou

com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Antonio Dias da Silva
Contador CRC 1RJ062926/O-9 "S" SP